



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Decisão nº 01/2020

Interessados: **Mario Rubens Macedo Vianna**, brasileiro, casado, médico, devidamente inscrito no CPF nº 569.093.307-49, residente e domiciliado na Av. Professor Nilton Lins, nº 900, Condomínio Via Veneto, casa nº 78, CEP: 69058-300 na cidade de Manaus - AM e **Patricia Del Pilar Suarez Sicchar**, peruana (brasileira naturalizada), casada, médica, devidamente inscrita sob o CPF nº 508.818.682-72, RG nº 2653553-0, residente e domiciliada em Rua 06, nº 42, Conjunto Villar Câmara – Aleixo, CEP: 69083-000, na cidade de Manaus – AM.

Assunto: Apreciação de impeachment e viabilidade jurídica de suposta prática de crimes de responsabilidade e improbidade administrativa em face de **Wilson Miranda Lima**, com fulcro nos arts. 74 e seguintes da Lei nº 1.079/195 c/c art. 55 e seguintes da Constituição do Estado do Amazonas.

I- SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de análise quanto à denúncia formulada pelos interessados em face do Governador do Estado do Amazonas, por crimes de responsabilidade e improbidade administrativa, cujo objeto é o impedimento do Chefe do Poder Executivo do Estado do Amazonas, com fundamento nos arts. 74 e seguintes da Lei nº 1.079/195 c/c art. 55 e seguintes da Constituição do Estado do Amazonas.

Nos fatos, os interessados argumentam e afirmam que o Estado do Amazonas sobrevive a uma severa crise desde 2019, principalmente na esfera da saúde pública, tendo como principais motivos o gastos de cifras vultosas, estando a beira de um colapso. Tal fato motivou que nos dias 16 e 17 de dezembro de 2019 a saúde do estado viesse ser matéria do Jornal Nacional, exibido na rede globo, mostrando ao país inteiro a situação crítica do Estado do Amazonas.

1

Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3950 - Parque Dez - CEP 69.050-030 - Fone 3183-4498
www.aleam.gov.br deputado@josueneto.com.br Manaus – AM

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO - PRESIDENTE - 439.270.092-53 EM 29/04/2020 23:15:52

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : BFE744DB0004183D . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Traz à baila a informação de que o Poder Executivo, no ano de 2019, promoveu supostas *pedaladas fiscais* ao fazer uso do Fundo de Fomento Ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas – FTI para fins diversos do qual deveria se utilizar.

Aduz que no dia 20 de março de 2020, através de Decreto Legislativo, o Poder Executivo Federal adotou o estado de calamidade pública em face de transmissão do COVID-19, vulgo Coronavírus, que também fora reconhecido pelo Ministério da saúde ao lançar a Portaria nº 454 fundamentada sobre a transmissão do vírus.

Por conseguinte, fala que em 23 de março de 2020 o Governo do Estado do Amazonas, em razão da crise na saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, declarou estado de calamidade pública em todo o território amazonense, fazendo a juntada do boletim epidemiológico da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – FVS.

Os interessados informam que o Governo do Estado, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, consistiu um Comitê Interinstitucional de Prevenção à COVID-19 para decidir medidas e ações voltas para vigilância, prevenção e controle do vírus e detalha as medidas sob um rol exemplificativo.

No mesmo sentido, expõe que o sistema de saúde do estado restou colapsado precocemente a partir do dia 09/04/2020 e que os três prontos-socorros da cidade estavam praticamente funcionando para atender pacientes da COVID-19 juntamente com pacientes diferentes, inclusive vasculares, resultando em óbitos de pacientes cardíacos.

2

Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3950 - Parque Dez - CEP 69.050-030 - Fone 3183-4498
www.aleam.gov.br deputado@josueneto.com.br Manaus – AM

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO - PRESIDENTE - 439.270.092-53 EM 29/04/2020 23:15:52

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : BFE744DB0004183D . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ademais, informa sobre a superlotação dos hospitais, bem como o índice de atestados médicos apresentados por funcionários, resultando na falta de médicos e o tratamento precário de pacientes que, em alguns casos, recebem assistência em cadeiras quando deveriam estar em macas.

Por outro lado, discursa que devido à situação crítica, a prefeitura de Manaus inaugurou um hospital de campanha com 18 leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UTI e, também, fala que Hospital Nilton Lins alugado pelo Estado, que substituiu o planejamento inicial do hospital de campanha, não recebia pacientes até o momento.

Revela que o Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV detém a posição de retaguarda do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, mas somente recebeu seis pacientes ao tempo que há 137 leitos disponíveis, sendo 31 de UTI e tem capacidade de receber mais pacientes, o que não aconteceu, deixando pessoas acumuladas nos prontos-socorros lotados a espera de atendimento que, em vários casos, já resultaram em mortes.

Além disso, fala que não há condições de entender um planejamento em que a SUSAM não tenha verificado a contratação da Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, instituição filantrópica que trabalha em tabela com o SUS, visto que o próprio Estado já utiliza seus serviços e que poderia reduzir a superlotação dos prontos-socorros com seu uso.

Afirma que vários profissionais estão adoecendo e afastados de seus postos de trabalho por conta das condições de precárias de trabalho, faltando EPIs adequados para todos os profissionais. Igualmente, afirma que através de

3

Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3950 - Parque Dez - CEP 69.050-030 - Fone 3183-4498
www.aleam.gov.br deputado@josueneto.com.br Manaus – AM

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO - PRESIDENTE - 439.270.092-53 EM 29/04/2020 23:15:52

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : BFE744DB0004183D . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

matemática básica, o custeio da necessidade de compra de EPIs para a demanda de todo o Estado perfaz o valor de R\$ 2.280,000,00 (dois milhões e duzentos e oitenta mil reais).

Após, discorre sobre suposto desrespeito do princípio da transparência e publicidade, tendo em vista as diversas convocações não respondidas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM, a não comunicação com o Ministério Público do Amazonas e até mesmo a falta de publicações de todas as medidas que estão sendo tomadas para a contingência e combate do novo coronavírus, resultando no gasto desenfreado e sem qualquer satisfação aos contribuintes.

Aproveita o ensejo para professar que o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública buscando que o Governo do Estado fizesse a utilização total do Pronto-Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, antecipação das instalações dos respiradores necessários para os leitos de UTIs, contratação de novos leitos clínicos e etc, tendo liminar concedida pelo *parquet* Estadual.

Informa que o pedido de impeachment se trata de uma medida necessária a manutenção do Estado do Amazonas sem que haja necessidade de intervenção federal, visto que a atual gestão do Governo se mostrou inteiramente inapta a gerenciar e aplicar as verbas públicas de forma correta e de forma que venha a atender os anseios e necessidades de toda a população.

Em sede de fundamentação, enaltece sobre suposto crime de responsabilidade e a improbidade administrativa, delimitando e fundamentando todos os pedidos.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Por fim, juntaram documentos fornecidos através da própria transparência consistente no sítio do Governo do Estado, decisões do poder judiciário e, posteriormente, *prints-screens* de blogs e programas televisivos nacionais.

Recebidos os autos na Presidência deste Poder, foram encaminhados à esta Procuradoria da Casa, enquanto órgão de assento constitucional e assessoramento jurídico do parlamento amazonense.

É o sucinto relatório. Opina-se.

I- FUNDAMENTAÇÃO:

A princípio, cabe ressaltar que o processo por crime de responsabilidade deve observar os termos da Lei Federal 1.079/1950, tanto no seu aspecto material como no processual, conforme assentando pela Procuradoria-Geral desta Casa Legislativa em parecer proferido sobre denúncia recente de crimes de responsabilidade também contra o Exmo. Vice - Governador do Estado do Amazonas, Sr. Carlos Alberto Souza de Almeida Filho.

Apenas para registro, colho do citado parecer da Procuradoria-Geral a seguinte fundamentação, que tomo como razões de decidir, com relação a esse ponto:

Conforme entendimento já consolidado no STF, a competência para legislar em matéria de crimes de responsabilidade, tanto no aspecto material como no processual, é privativa da União.

Tal entendimento encontra-se hodiernamente estratificado na súmula vinculante 46 do STF, *in verbis*:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.
(DJE de 17-4-2015)

Essa jurisprudência já havia sido estabilizada na súmula 722¹ do mesmo tribunal, datada do ano de 2003, posteriormente aclamada com caráter vinculante e *erga omnes* no ano de 2015, desde então aplicada em todo país com esses predicativos judiciais.

Esse entendimento sumulado percorreu gradativo caminho na Suprema Corte sob a égide da Constituição da República de 1988 – CR/88, e tem como fundamento constitucional a regra de competência legislativa prevista no seu art. 22, I² c/c art. 85, parágrafo único³.

Isso porque, depois de aprofundados e revisitados debates travados no plenário do STF sobre o tema, triunfou a compreensão de que os crimes de responsabilidade possuem caráter penal, entendimento esse que se contrapõe aos que o defendem como sendo de natureza política-administrativa/constitucional.

Tal debate jurisprudencial evolutivo, assentado em profícua divergência doutrinária de notáveis

¹ São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento. (DJ de 09/12/2003, DJ de 10/12/2003 e DJ de 11/12/2003).

² Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
I - direito civil, comercial, **penal, processual**, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

³ Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

[...]

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

constitucionalistas, é condensado nesse apanhado do voto do Min. Celso de Mello, na relatoria da ADI MC 4.190/RJ⁴, que hora produzimos:

[...]

Disso podemos apreender que em matéria de crime de responsabilidade praticados por autoridades da república brasileira, independentemente da unidade da federação a que pertençam - União, Estados e Municípios – tanto a definição do que constitui crime de responsabilidade, como as respectivas regras de processamento, não podem ter por outro veículo normativo senão normas emanadas da União, sendo inaproveitáveis, para esse fim, regras editadas pelos Estados e Municípios.

Especialmente com relação aos crimes de responsabilidade imputáveis a autoridades políticas estaduais, notadamente ao Governador, o STF declarou a inconstitucionalidade de dispositivos de diversas Constituições dos Estados brasileiros que fixaram a competência das respectivas assembleias legislativas para processar e julgar o Governador nestes crimes, bem como de disposições constitucionais, legais e regimentais que dispuseram sobre o processamento destes crimes, dentre os quais destacamos os seguintes julgados: [ADI 4792/ES](#) – Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – Pleno - DJe-076 de 24-04-2015; [ADI 4791/PR](#) – Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – Pleno - DJe-076 de 24-04-2015; [ADI 2220/SP](#) – Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – Pleno - DJe-232 de 07-12-2011; [ADI 341/PR](#) – Rel. Min. EROS GRAU - Pleno - DJe-105 de 11-06-2010; [ADI 1879/RO](#) – Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – Pleno - DJ 11-03-2005 pp-06; [ADI 2235 MC/AP](#) – Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - Pleno - DJ 07-05-2004 pp-06.

⁴ DJe-105, DIVULG 10-06-2010 E PUBLIC 11-06-2010





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Noutro passo, também foram expurgadas normas de constituições estaduais que capitulavam determinados atos governamentais como constitutivos de crimes de responsabilidade, destacando-se os seguintes precedentes:

[ADI 2592/RO](#) – Rel. . SYDNEY SANCHES – Pleno - DJ 23-05-2003 pp-35 e [ADI 1901/MG](#) – Rel. Min. ILMAR GALVÃO – Pleno - DJ 09-05-2003 pp-44.

[...]

Sendo assim, é a lei federal que encerra os fatos tipificados como crimes de responsabilidade e também é ela que estabelece as regras de processamento desses crimes. Com relação aos crimes de responsabilidade imputáveis a Governador de Estado, os tipos penais e as regras processuais estão definidas na Lei 1.079/1950, devidamente recepcionada, em grande parte, pela Constituição da República de 1988, conforme pacífica jurisprudência do STF. Nesse sentido: [ADI 4764/AC](#) – Rel. p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO – Pleno - DJe-178 de 15-08-2017; [ADI 1890 MC/MA](#) – Rel. Min. CARLOS VELLOSO – Pleno - DJ 19-09-2003 pp-14 e [ADI 1628/SC](#) – Rel. Min. EROS GRAU – Pleno - DJ 24-11-2006 pp-60.

[...]

Portanto, deve ser observado o que estabelecido no § 3º do art. 78 da Lei 1.079/1950, que determina que seja aplicado o procedimento disposto nela mesma caso as constituições estaduais não determinassem o procedimento nos crimes de responsabilidade do Governador, conferindo, em seguida, seu julgamento ao tribunal especial misto que menciona, nos seguintes termos:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 78. O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum.

[...]

§ 3º **Nos Estados, onde as Constituições não determinarem o processo nos crimes de responsabilidade dos Governadores, aplicar-se-á o disposto nesta lei**, devendo, porém, o julgamento ser proferido por um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate. A escolha desse Tribunal será feita - a dos membros do legislativo, mediante eleição pela Assembléia; a dos desembargadores, mediante sorteio.

O procedimento previsto na Lei 1.079/1950, a que alude o seu art. 78, § 3º, é aquele definido, com relação à primeira parte da acusação, nos arts. 19 a 23, conforme decido pelo STF.

Com relação ao presente ato de recebimento preliminar da denúncia incumbido ao Presidente da ALEAM, a Procuradoria-Geral, no mesmo parecer, também trouxe a seguinte fundamentação:

O art. 19 da Lei 1.079/1950 antecipa como primeiro ato processual após oferecimento da denúncia, seu recebimento preliminar, antes de ser despachada à comissão especial, conforme se verifica dos termos deste preceito legal:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 19. **Recebida a denúncia**, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

Poder-se-ia indagar se esse recebimento da denúncia de que trata o art. 19 da Lei 1.079/1950 consistiria em ato meramente burocrático e protocolar, ou se ele seria munido de carga decisória, de modo que a peça acusatória, já através dele, sofresse exame quanto a sua admissibilidade, ainda que em feição preliminar.

Quanto a esse ponto, vale ressaltar que no julgamento da ADPF 378/DF, pela qual o STF realizou, à luz da Constituição de 1988, o controle concentrado de constitucionalidade do processo de *impeachment* definido pela Lei 1.079/1950, restou assentada como legítima a aplicação subsidiária dos regimentos internos de ambas as Casas do Congresso Nacional, ratificando, portanto, a recepção do disposto no art. 38 da Lei 1.079/1950, que faculta essa aplicação suplementar.

[...]

Nessa fase incipiente do processo, que no âmbito federal compete à Câmara dos Deputados, o regimento interno daquela Casa veste de conteúdo decisório esse recebimento de que trata o art. 19 da Lei 1.079/1950, incumbindo-lhe ao Presidente da Mesa Diretora, conforme depreendemos do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, *in verbis*:

Art. 218. É permitido a qualquer cidadão denunciar à Câmara dos Deputados o Presidente da República, o Vice-Presidente da República ou Ministro de Estado por crime de responsabilidade.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

§ 1º A denúncia, assinada pelo denunciante e com firma reconhecida, deverá ser acompanhada de documentos que a comprovem ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com indicação do local onde possam ser encontrados, bem como, se for o caso, do rol das testemunhas, em número de cinco, no mínimo.

§ 2º **Recebida a denúncia pelo Presidente**, verificada a existência dos requisitos de que trata o parágrafo anterior, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada à Comissão Especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.

§ 3º Do despacho do Presidente que indeferir o recebimento da denúncia, caberá recurso ao Plenário.

§ 4º Do recebimento da denúncia será notificado o denunciado para manifestar-se, querendo, no prazo de dez sessões.

[...]

Conforme jurisprudência do STF, esse recebimento inicial da denúncia a cargo do Presidente da Câmara é compatível com o rito previsto na Lei 1.079/1950, reafirmando que o recebimento a que se fere a primeira parte do art. 19 desta lei, de fato, constitui ato processual decisivo e que pode conduzir, segundo o convencimento de quem o realiza, ao recebimento ou rejeição da denúncia.

Visitemos, então, essa jurisprudência:

CONSTITUCIONAL. IMPEACHMENT: PRESIDENTE DA REPÚBLICA: DENÚNCIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PRESIDENTE DA CÂMARA: COMPETÊNCIA. I. -





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Impeachment do Presidente da República: apresentação da denúncia à Câmara dos Deputados: competência do Presidente desta para o exame liminar da idoneidade da denúncia popular, "que não se reduz à verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciadores e denunciados, mas se pode estender (...) à rejeição imediata da acusação patentemente inepta ou despida de justa causa, sujeitando-se ao controle do Plenário da Casa, mediante recurso (...)". MS 20.941-DF, Sepúlveda Pertence, "DJ" de 31.08.92. II. - M.S. indeferido. ([MS 23885/DF](#) – Rel. Min. CARLOS VELLOSO – Pleno - DJ 20-09-2002 PP-89).

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. IMPEACHMENT. MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. MESA DO SENADO FEDERAL. COMPETÊNCIA. I – Na linha da jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa. II – Previsão que guarda consonância com as disposições previstas tanto nos Regimentos Internos de ambas as Casas Legislativas, quanto na Lei 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. III – O direito a ser amparado pela via mandamental diz respeito à observância do regular processamento legal da denúncia. IV – Questões referentes à sua conveniência ou ao seu mérito não competem ao Poder Judiciário, sob pena de substituir-se ao Legislativo na





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

análise eminentemente política que envolvem essas controvérsias. V – Agravo regimental desprovido. ([MS 30672 AgR/DF](#) – Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – pleno - DJe-200 DIVULG 17-10-2011 PUBLIC 18-10-2011).

Com podemos inferir destes julgados, resta afastada a possibilidade de o regimento de que trata o art. 19 da Lei 1.079/1950 se constituir em ato meramente burocrático e protocolar, de modo a que o Presidente da Casa processante esteja vinculado a dar prosseguimento à denúncia de *impeachment*, necessariamente despachando-a à comissão especial citada no mesmo artigo. [...].

Por fim vale fazer registro do seguinte trecho do voto do Min. Celso de Mello no mencionado Mandado de Segurança, citando o voto no Min. Sepúlveda Pertence no MS 24.941/DF, nestes termos:

Vale rememorar, no ponto, em face de sua extrema pertinência, julgamento plenário desta Corte Suprema (MS 20.941/DF) no qual o eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, que se tornou Redator para o acórdão, assinalou, com absoluta propriedade, em seu voto vencedor a propósito dos poderes processuais do Presidente da Câmara dos Deputados em face de denúncia por crime de responsabilidade imputado ao Presidente da República, o que se segue :

“O que entendo é que não se pode reduzir o seu papel à verificação burocrática, que se pretende. É à alta autoridade do Presidente da Câmara dos Deputados que se confiou a decisão liminar num processo que, já na fase seguinte, irá a Plenário para a eleição de uma comissão (...).





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Por isso, admitindo que não é hora de agrimensura jurídica para demarcar, centímetro por centímetro, até onde pode e até onde não pode ir o Presidente da Câmara, o que me parece ser necessário é reconhecer-lhe o poder de rejeitar a denúncia, quando, de logo, se evidencie que a acusação é abusiva, é leviana, é inepta, formal ou substancialmente.....

Entendo, por conseguinte, **que cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados inclusive verificar a inépcia e a patente falta de justa causa (...)**. Se procede ou não esse juízo liminar da Presidência da Câmara – por mais profundo e amplo que seja o poder de controle judicial (...) –, acho que, por mais amplo que seja este poder de controle, ele não irá ao ponto de, em mandado de segurança, nos levar a reformar a decisão, quando sequer nos foram trazidos os documentos em que se fundou.” (grifei)

Desta feita, sendo constitucional a aplicação subsidiária do regimento interno da Câmara dos Deputados no processo de *impeachment*, conforme decidido pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade na ADPF 378/DF e expressamente previsto nos arts. 38 da Lei 1.079/1950, e tendo em vista a jurisprudência do STF de que o juízo de admissibilidade a cargo do Presidente é compatível com rito processual previsto na Lei 1.079/1950, deve ser observado, no âmbito desta Casa Legislativa, o disposto no art. 218, §§ 2º e 3º, do RICD, já que é inviável a aplicação de normas regimentais da própria ALEAM, porquanto estaduais (SV 46), devendo o Presidente da ALEAM realizar o juízo de admissibilidade preliminar da presente denúncia.

Estabelecidas estas notas introdutórias, passo ao exame do recebimento da denúncia em análise, em caráter estritamente perfunctório e o detendo com relação





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

às exigências meramente formais de que se deve revestir a denúncia, citadas no art. 76 da Lei Federal 1.079/1950.

Com efeito, com base no art. 22 da Lei 1.079/1950, a comissão especial a ser eleita pelo plenário da Casa também deve elaborar um parecer acerca da admissibilidade da denúncia, no prazo de 10 dias, que depois será submetido ao plenário para votação.

Entendo que havendo previsão legal para realização de um juízo de admissibilidade a cargo do plenário, o qual deve ser mais aprofundado que o juízo de recebimento da denúncia feito nesta ocasião, nada impede que se deixe para a comissão especial a análise mais detida dos aspectos de admissibilidade da denúncia, quando da elaboração do parecer que irá orientar a votação do plenário.

Volvendo-me para as exigências do art. 76 da Lei Federal 1.079/1950, verifica-se que dois requisitos não estão atendidos na denúncia sob análise, a saber, o reconhecimento da firma dos autores e a ausência do rol de testemunhas, que deve ser no mínimo de 5.

Todavia, por serem aspectos meramente formais, embora imprescindíveis para o salutar processamento do feito, entendo que os autores devem ser notificados para emendar a inicial e suprir essas exigências legais.

Pelo exposto, determino com base no art. 79 da Lei 1.079/1950 c/c art. 569 do CPP, bem como o devido processo legal e a boa – fé processual, a notificação dos





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

autores da denúncia para procederem a emenda a inicial no prazo de 5 (cinco) dias, o disposto no art. art. 76 da Lei 1.079/1950, reconhecendo as respectivas firmas, apresentação do rol de testemunhas se houver e a certidão de regularidade eleitoral, sob pena de indeferimento da inicial e sua inépcia.

Intime-se com urgência.

Manaus, 29 de abril de 2020.

Deputado Josué Neto

